



**Ata da 51ª Assembleia Ordinária do Conselho Deliberativo da
Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande**

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas e quinze minutos em segunda chamada, reuniram-se no ginásio de esportes Glorinha Futebol Clube, no centro de Glorinha/RS, os membros do Conselho Deliberativo da APA do Banhado Grande presentes para a Assembleia Ordinária, convocada pela Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Letícia Rolim Vianna.

Div. Pesq. Manut. Coleções/SEMA – Jan Karel Felix Mahler Junior

Prefeitura de Glorinha – Priscilla Kiscporski

Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha - Jordana Borba Gomes

Prefeitura de Viamão – Fábio Mendes

Prefeitura de Viamão – Bruna Oliveira

Prefeitura de Gravataí – Valeska Marquette

Prefeitura de Gravataí - Paulo Roberto Muller

SEMA – Letícia Rolim Vianna

SEMA – Cecília Schuler Nin

DRH - Gabriel Muller

APNVG - Tânia Maria Dias Peixoto

CURICACA – Alexandre Krob

AAFISE – Marthin Zang

LBV – José Joaquim Rodrigues

AMBG – José Ernani Silveira

AMBG – Rafael Scarabelot

Quinta da Estância – Lucídio Goelzer

Quilombo Cantão das Lombas – Ivanir Gomes

Quilombo Anastácia – Berenice Gomes de Deus

Comitê Gravataí - Manoel Adam

Comitê Gravataí – Sergio Cardoso

EMATER – Suzana Lunardi

FIERGS - Tiago José Pereira Neto

FIERGS – Alcídio Eduardo Bottin da Silva

FARSUL – Marino Cestari Filho

FARSUL – Marcelo Camardelli Rosa



32 ACIVI – Rafael Goelzer

33 CORSAN – Stephan Prates

34 FEPAM – Roberta Ferreira Soares

35 **1. Aprovação da ata**

36 **1.1. A reunião foi aberta pela presidente do Conselho, Letícia Rolim Vianna, que**
37 **iniciou colocando em votação a ata da 50ª assembleia ocorrida em 02/09/2019 que**
38 **foi aprovada por unanimidade pelos presentes, com ressalva do conselheiro**
39 **representante do INCRA, Paulo Heerdt Júnior, que enviou via e-mail o que segue:**
40 **“Não obstante a ausência acima reportada não verificamos reparos na ATA da**
41 **reunião 50ª exceto na linha 62 - onde consta Sr. Lucício leia-se Sr. Lucídio”. O**
42 **erro apontado será imediatamente corrigido.**

43 **A ausência do Sr. Paulo Heerdt Júnior foi justificada em 01.11.19 via e-mail.**

44

45 **2. Conselho Gestor**

46 **2.1. Adequação da composição do Conselho da APABG – Letícia (APABG/SEMA)**
47 **relembrou as questões divergentes entre a IN SEMA 02/2018 e o Regimento Interno do**
48 **Conselho da APABG. O Art. 2º que tira do Conselho da APA o caráter deliberativo, o**
49 **Art. 6º que determina um número máximo de 20 membros e o Art. 7º que retira a**
50 **representação da sociedade civil de organizações ambientalistas e aceita organizações**
51 **ambientais, este último lembrado pelo conselheiro Alexandre Korb (Curicaca).**
52 **Descreveu todo o processo de alteração do Conselho de acordo com o Regimento**
53 **Interno, pois no GT de alteração do Conselho foi acordado que por ainda não haver**
54 **definições referentes às reivindicações de mudança da IN SEMA 02/2018, que constam**
55 **no PROA nº 19/0500-0005420-2, esta seria a conduta a adotar no processo de**
56 **alteração. Essa decisão foi tomada, pois o GT entende que o prejuízo de estar com o**
57 **conselho desestruturado em plena construção do Plano de Manejo é maior do que fazer**
58 **sua alteração antes de definir as questões referentes a IN SEMA 02/2018.**

59 Sergio Cardoso (Comitê Gravataí) sugeriu uma breve apresentação dos conselheiros e
60 candidatos. Todos se apresentaram dizendo nome e entidade que representa ou
61 pretende representar no Conselho.

62 **As entidades candidatas foram apresentadas e votadas uma a uma.**

63 ✓ *1 vaga da FIERGS substituída por SINDIEOLICA – **Aprovado por unanimidade.***

64 ✓ *Sindicato Rural de Viamão substituído por Sindicato Rural de Gravataí/Glorinha –*
65 ***Aprovado por unanimidade.***

66 ✓ *Sind. dos Trab. Rurais de Santo Antônio da Patrulha solicita assumir a vaga que já*
67 *foi sua e ainda não tinha sido ocupada por nenhuma outra entidade. – **Aprovado***
68 ***por unanimidade.***

69 ✓ *ONG Maricá substituída por ACAMPA – **Aprovada com um voto contrário.***

70 Alexandre Krob (Curicaca) informou que é contra a substituição, pois trata-se de uma
71 ONG que não é reconhecidamente ambientalista por pois não ter cadastro nem no
72 CONAMA nem fazer parte da assembleia permanente das entidades ambientalistas.



Justificou seu voto de acordo com o posicionamento do Instituto Curicaca diante da discussão do Art. 7º da IN SEMA 02/2018.

Cecília (APABG/SEMA) ressaltou que a alteração está de acordo com o Regimento Interno do Conselho, como foi combinado que seria. Sergio fez um relato da importância da ACAMPA na luta pelo meio ambiente na região e da importância de se ter a ocupação desta vaga por uma entidade que se dedica a proteger o meio ambiente neste período em que se está discutindo o Plano de Manejo. Em seguida o Sr. Arnildo (ACAMPA) citou uma série de envolvimento da ONG em lutas em torno do meio ambiente e cultura.

As duas vagas, do setor Governamental dedicada ao órgão ambiental Federal, e do setor Não-Governamental dedicada a clube de serviços, foram extintas por não haver interessados. Tânia (APNVG) deu boas vindas às novas entidades e ressaltou que este conselho é muito sério, atuante e comprometido.

3. Plano de Manejo

3.1 Relato da Câmara Temática que acompanha o Plano de Manejo – Tiago (FIERGS), coordenador da CT, relatou com mais detalhes o trabalho da CT durante este ano. Foram 7 reuniões que trabalharam as análises de produtos e estratégias de condução dos desafios que se apresentaram ao longo do tempo. Mostrou uma lista contendo os produtos entregues até o momento e seu status.

- Produto I Plano de Trabalho FAURGS
- Produto I Plano de Trabalho FAURGS (versão 2)
- Produto II FAURGS - Contextualização
- Produto III FAURGS – Diagnóstico Socioeconomia
- Produto III FAURGS – Diagnóstico Socioeconomia (versão 2)
- Produto IV FAURGS – Unidades de Paisagem
- Produto Meio Biótico (FZB)
- Produto I Plano de Trabalho (Biolaw)
- Produto II Rel. Parcial **Workshop** (Biolaw)

FAURGS entregou Plano de Trabalho, após análise da Câmara Temática, foi elaborado um parecer solicitando revisões, complementações, alterações. O parecer ofereceu a equipe da FAURGS uma tabela onde apresentou: Item do TR e a respectiva Ação Proposta para atendimento do TR. Após revisão, a **versão 2** do Plano de Trabalho foi aprovada.

O Produto II FAURGS – Contextualização, com enquadramento regional da UC, incluindo mapa com localização, acessos e contextualização. Por se tratar de um produto com baixo grau de complexidade, este não teve manifestação da Câmara Temática.

Os dois produtos citados anteriormente foram pagos juntos e com atraso por parte da SEMA.



O Produto III FAURGS – Diagnóstico de Socioeconomia, que contem, segundo o TR, o diagnóstico de uso da terra, dinâmicas das áreas agrícolas e identificação de fatores e/ou vetores de pressão sobre a APA, com respectivo mapa de cada tema, foi analisado pela Câmara Temática que apresentou um parecer denso solicitando captação de uma série de informações, revisado pela FAURGS, e retornada versão 2 do Diagnóstico de Socioeconomia que no entendimento da CT ainda está deficiente.

O Produto IV R3 – Unidades de Paisagem - UP, contendo diagnóstico e zoneamento das unidades de paisagem presentes na APA, eventuais áreas potenciais de impacto negativo por interações sociais e evolução de processos erosivos com respectivos mapas de cada tema não foi analisado, pois entendem que estas informações são apenas uma parte de um trabalho que deve ser integrados as UP do meio biótico que foi construído pela FZB.

Os produtos que ainda não foram entregues são o Produto V – Dinâmica Hídrica, contendo identificação da dinâmica das áreas inundáveis e descrição dos parâmetros hídricos da bacia da APA, a partir do Balanço Hídrico, IQA, ou dos limites propostos pela Resolução CONAMA nº 20/1986 e o Produto VI – Relatório Final, contendo todas as informações pertinentes ao serviço.

Com relação ao pagamento dos produtos da socioeconomia, apenas os produtos I e II foram pagos.

Relativo ao Produto da FZB - Meio Biótico, o mesmo encontra-se em análise na Câmara Temática de Acompanhamento da Elaboração do Plano de Manejo.

Sobre a consultoria do Planejamento; Articulação Social; Oficinas de Planejamento Participativo - BIOLAW, a CT discutiu o alinhamento das oficinas participativas e da metodologia que será utilizada pela consultoria, com o uso de notas técnicas ao invés de aporte de informação de base densa para evitar que as lacunas de informação da contratação da socioeconomia impeçam o cumprimento do prazo de entrega do Plano de manejo conforme acordo com o Ministério Público. A CT quer entender melhor como são, qual o formato das notas técnicas sugeridas para o Plano de Manejo da APA. Apenas um produto foi pago para esta consultoria até o momento.

A reunião da CT para avaliação dos produtos do Meio Biótico, alinhamento das oficinas setoriais e Workshop será entre 18 e 22 de novembro. Estão previstas 10 oficinas participativas.

Por ocasião da última reunião da CT, a Prefeitura de Gravataí contribuiu com questões referentes à piscicultura, as prefeituras se comprometeram a encaminhar toda a informação possível referente a licenciamento de mineração, irrigação e saneamento, algumas já encaminharam relatórios parciais, Gravataí enviou toda a informação pertinente a sua área dentro da APA e Viamão segue sem entregar nenhuma informação apesar das várias solicitações ao longo do último ano.

No entendimento da CT, boa parte do conteúdo dos quatro produtos entregues até o momento não tem um levantamento satisfatório. A justificativa da FAURGS para esta carência é a falta dos trabalhos de campo que ainda não foram realizados por falta de pagamento, porém a CT entende que muitas das lacunas são oriundas de dados secundários e, portanto não seria necessário o trabalho de campo para melhorar a



157 qualidade dos produtos. Também disse que o ordenamento da estrutura do termo de
158 referência seria um ponto de divergência, pois da forma em que está apresentado
159 dificulta a compilação das informações de forma a facilitar uma análise sistêmica dos
160 produtos e diagnóstico. Solicitou ajuda da equipe de acompanhamento para dizer o que
161 a FAURGS acordou com a SEMA. Cecília Nin (SEMA) disse que a FAURGS solicitou
162 aditivo de tempo para entregar as informações, que no dia 28/11 está prevista a entrega
163 do 5º produto e que o relatório final deve ser entregue mais adiante conforme aditivo
164 solicitado. Na análise de custo benefício feita pela equipe de acompanhamento,
165 concluíram que aceitar o aditivo de tempo traria menos prejuízos do que o rompimento
166 do contrato. Cecília Nin (SEMA) explicou que este atraso na entrega do relatório final
167 não deve prejudicar a entrega do Plano de Manejo no prazo acordado com o Ministério
168 Público, pois a metodologia que será utilizada corrigirá este déficit de tempo.

169 Sergio Cardoso (Comitê de Bacia) disse que este é o momento de unir forças para
170 captar todas as informações faltantes que cada setor tem acesso para subsidiar este
171 processo que vai influenciar na política da região e dos municípios, licenciamento
172 ambiental, e outros. Disse que temos uma consultoria que, em tese é altamente
173 qualificada, que foi investido muito dinheiro, existe um prazo a ser cumprido e esta
174 situação está posta, por isso é o momento de fazer um grande esforço institucional para
175 captar as informações faltantes para disponibilizar informações de base para a
176 consultoria do planejamento, superar algumas questões e focar na concretização deste
177 trabalho. Posicionou-se pela manutenção do contrato e endurecimento do discurso no
178 sentido da responsabilização pelos prejuízos, caso eles venham a acontecer.

179 Tiago Pereira (FIERGS) lembrou que em 26 de agosto foi feito um workshop com a
180 Câmara Temática, as duas consultorias e a equipe de planejamento, nessa ocasião
181 tratou-se dos produtos e os respectivos pareceres emitidos para a socioeconomia. Foi
182 relatado tudo o que estava deficiente e apresentados todos os caminhos para melhorar
183 a qualidade dos produtos e até agora ainda não houve um movimento por parte da
184 consultoria no sentido de retornar produtos mais completos e nem solicitação de
185 eventual ajuda para captação de informações de difícil acesso que tenham relevância
186 para a construção do trabalho. A avaliação do setor de economia da FIERGS entende
187 que a grande maioria dos dados faltantes são oriundos de dados secundários, mesmo
188 que globais, e estão disponíveis com facilidade.

189 Jan Karel (Div. Pesq. Manut. Coleções/SEMA) disse que já faz algum tempo que se
190 definiu que não se considera a hipótese de postergação de data para entrega do Plano
191 de Manejo nem aditivo de valores para as consultorias. Ao longo das reuniões com a
192 Câmara Temática e equipe de coordenação, detectamos e reconhecemos alguns erros
193 de ordem de produtos no Termo de Referência, também houve falha da parte do
194 Estado por não pagamento dos produtos aprovados nas datas estabelecidas, mas nada
195 justifica a situação em que a socioeconomia se encontra. Isso fez com que a equipe de
196 coordenação se visse obrigada a “botar a mão na massa”, apesar de não ser o papel da
197 equipe, mas existe a necessidade. Também contamos com a Biolaw e isso faz com que
198 acreditemos que o plano não vai perder qualidade. Numa avaliação das possibilidades
199 de ação entendemos que a pior opção seria a quebra de contrato. Como existe um
200 tempo cada vez mais restrito para as oficinas, a equipe está se dedicando a detectar e
201 buscar as informações chave para trabalhar nessas oficinas e posteriormente, quando a
202 socioeconomia trazer os dados, os mesmos irão compor o Plano de Manejo na forma
203 de Notas Técnicas, para tanto, muitas vezes as entidades e municípios serão



204 demandados para colaborar na aquisição dessas informações que serão utilizadas para
205 o zoneamento e planejamento da Unidade de Conservação. O Plano de Manejo será
206 objetivo e de fácil uso para planejamento da UC, porém poderá ser alimentado com
207 informações adicionais ao longo do tempo, mesmo após sua publicação.

208 Alexandre Krob (Curicaca) reforçou a fala de Jan Karel dizendo que o modelo
209 tradicional de planos de manejo, onde se concentra um esforço e tempo enormes no
210 diagnóstico, e trabalha com tempo e esforço reduzidos no planejamento, está
211 ultrapassada a uma década. De acordo com o cronograma apresentado por Tiago
212 Pereira, a parte mais importante do Plano de Manejo está concentrada em um mês
213 (abril/2020), e isso é muito pouco tempo, não é suficiente. Não se pode aceitar essa
214 pressão e achatamento desta fase tão importante do Plano de Manejo para aumentar o
215 tempo do diagnóstico.

216 Tiago Pereira (FIERGS) informou que esse cronograma apresentado foi feito por ele,
217 segundo seu entendimento, e Jan Karel, por concordar com Alexandre Krob, corrigiu a
218 informação dizendo que não será apenas um mês para o planejamento, pois em janeiro
219 já inicia o processo de planejamento que seguirá até abril. Tiago Pereira seguiu
220 afirmando que tem muitas perguntas norteadoras da APA que demandam informações,
221 e dá o exemplo da mineração, que necessita de informações de localização, o que é
222 extraído, entre outras que julga necessário ter para as oficinas com a sociedade,
223 também disse que as informações da FEPAM foram entregues à consultoria, porém
224 ainda não constam nos relatórios. Entende que a socioeconomia é o mais sensível, pois
225 estamos numa APA onde existem muitos conflitos de uso. Também tem dúvidas a
226 respeito da estratégia da Biolaw para a construção do Plano de Manejo até maio de
227 2020 e como é a estrutura das notas técnicas.

228 Cecília Nin (SEMA) comentou que não é eficiente buscar tanta informação de base para
229 questões que não tem impacto aos alvos de conservação, então é melhor buscar saber
230 quais atividades tem impacto negativo aos alvos e depois disso procurar informações
231 de base para responder as perguntas, e traçar estratégias de conservação. Em
232 dezembro está previsto o fechamento dos alvos de conservação para que em janeiro se
233 inicie a fase de planejamento com as respectivas oficinas.

234 Tânia Peixoto (APNVG) sugeriu como encaminhamento fazer um acordo com a
235 FAURGS para que eles se comprometam a entregar as informações contratadas, que
236 se encaminhe pessoalmente um documento o quanto antes. Cecília Nin (SEMA)
237 informou que este documento está pronto, que esta é a estratégia que a equipe de
238 coordenação está utilizando e que será sim entregue pessoalmente com uma
239 explicação minuciosa de tudo o que está no documento. Disse que as vezes *"parece
240 que a gente não fala a mesma língua"* pois o diálogo com os pesquisadores da
241 FAURGS é bastante ineficiente.

242 Tiago Pereira (FIERGS) disse que já se colocou a disposição para participar da reunião
243 com a FAURGS e Biolaw que tratará do planejamento e lembra que será importante o
244 apoio das entidades que compõe o conselho.

245 Alexandre Krob (Curicaca) falou que é necessário saber quais os planos de ação que
246 se vai trabalhar, que não vai existir um plano de ação para cada atividade, nos Planos
247 de Manejo se elenca no máximo seis, e a partir dessa definição é que se busca as
248 informações pertinentes. Dessa forma pode-se abrir mão de algum detalhamento de



249 informação que não tem a ver diretamente com os planos de ação da APA, e desta
250 forma se otimiza o tempo que se tem para buscar o que realmente é necessário e
251 importante. Sugeriu que, em regime de urgência, se utilize os meses de novembro e
252 dezembro para fazer, reuniões extraordinárias e as oficinas, pois janeiro e fevereiro são
253 meses de difícil mobilização.

254 Lucídio Goelzer (Quinta da Estância) disse que 70% a 80% do trabalho da Biolaw fala
255 de outras Unidades de Conservação e sobre a APA fala muito pouco. Não achou
256 adequado. Tiago Pereira (FIERGS) explicou que a consultoria utilizou essas UCs como
257 exemplos, mas admite que para ele ainda está pouco clara a forma da aplicação dessa
258 metodologia na APABG. A reunião com essa consultoria também tratará desses
259 esclarecimentos.

260 Daniela de Souza (SINDIEOLICA) deu um panorama geral da sua entidade e se
261 colocou a disposição para contribuir com as informações que estiverem a seu alcance.

262 Paulo Muller (Prefeitura de Gravataí) sugeriu que a pressão ao grupo da FAURGS deve
263 ser feita de um escalão mais alto da SEMA.

264 Cecília Nin (SEMA) disse que foi solicitado a consultoria da socioeconomia que vá
265 enviando as informações mesmo que parceladas, que não esperem para fechar um
266 produto para enviar, pois na condição em que nos encontramos precisamos agilizar os
267 processos para fazer o planejamento.

268 Tiago Pereira (FIERGS) disse que se a expectativa inicial era de se ter um plano mais
269 robusto, com muitas informações de base, talvez o conselho se frustre, pois esse
270 formato tradicional de construção de plano de manejo não poderá mais ser adotado. De
271 qualquer forma, todos os esforços estão sendo feitos para que as informações
272 realmente importantes não falem no momento do planejamento, e para isso todos
273 devem fazer o esforço de trazer as informações para dentro do plano. As prefeituras
274 tem a missão de trazer informações de licenciamento, saneamento e planos diretores, e
275 estão se mobilizando para isso. Letícia informou que Gravataí já enviou as informações
276 do plano diretor, e Santo Antônio da Patrulha e Glorinha estão em vias de enviar, falta
277 Viamão que até o momento, apesar das inúmeras solicitações não enviou informação
278 alguma. Cecília pediu que a CORSAN colabore entregando dados de saneamento.

279 Manoel Adam (Comitê Gravataí) questionou se não seria responsabilidade das
280 consultorias estar indo em busca desses dados secundários e fazendo contato com as
281 entidades para isso. Cecília Nin (SEMA) e Letícia Rolim (SEMA) se posicionaram
282 dizendo que independente de quem deveria estar fazendo, a origem das informações é
283 a mesma, então não faz diferença quem está perguntando, o importante é termos
284 acesso as respostas. Manoel Adam (Comitê Gravataí) seguiu dizendo que se foi um
285 serviço contratado seria a consultoria responsável pela busca das informações.

286 Tiago Pereira (FIERGS) disse que a Câmara Temática e o grupo de acompanhamento
287 do Plano de Manejo estão dispostos a se reunir para buscar e compilar as informações
288 de base mais importantes para o planejamento. Não era isso que se esperava estar
289 passando neste momento, mas devido à condição em que estamos, esta é a alternativa
290 mais viável para que em maio de 2020 possamos cumprir com o compromisso
291 assumido com o Ministério Público. Caso contrário podemos sofrer consequências
292 como suspensão de licenciamento dentro da APA (o que já ocorreu a tempos atrás), o
293 que seria um grande retrocesso. A única forma de não sofrermos as punições é cumprir



com o acordo entre SEMA, FEPAM e Ministério Público consolidado em novembro do ano de 2018. Lembrou que o promotor só acatou o prazo de maio de 2020 por que o conselho referendou na sua presença esta data. Manoel Adam (Comitê Gravataí) também lembrou que esse acordo aconteceu por consequência de uma decisão judicial, que na primeira sansão impediu licenciamentos em toda a bacia do rio Gravataí, e que desde então já houve várias prorrogações, e por isso, não há mais como pensar em uma outra prorrogação. Existe um prejuízo no setor de mineração que não tem tido suas licenças autorizadas ou renovadas por conta da falta do Plano de Manejo.

Alexandre Krob (Curicaca) disse que a equipe da FAURGS deve ser chamada para expor os motivos pelo qual estão sendo apontados pela Câmara Temática problemas de qualidade e prazo nos produtos contratados. Entende que todas as partes envolvidas devem estar presentes para serem ouvidas de forma mais ampla, para isso sugere a deliberação de uma reunião extraordinária para final de novembro ou início de dezembro com a participação de todos os envolvidos para que se esclareçam os ruídos e encontre soluções para os problemas existentes. Jordana lembrou que na última reunião da Câmara Temática foi acordado que a FAURGS seria convidada a participar da Assembleia e perguntou se os mesmos foram convidados. Tiago Pereira (FIERGS) lembrou que deu essa sugestão em um primeiro momento, após foi decidido que primeiro seria apresentado ao conselho o panorama, seria ouvida a posição dos conselheiros, e só depois, junto com o Conselho, se decidiria. Pediu a opinião de Alexandre Krob (Curucaca), Letícia Rolim (SEMA) e Cecília Nin (SEMA) sobre a possibilidade de aguardar os produtos da socioeconomia, com entrega marcada para 28 de novembro, e só após a análise deles chamar uma reunião extraordinária para início de dezembro. Alexandre Krob (Curicaca) não concorda, entende que a articulação deve ser feita agora. Letícia Rolim (SEMA) votou a reunião extraordinária para início de dezembro que foi aprovado por unanimidade.

Berenice de Deus (quilombo da Anastácia) perguntou quem vai às comunidades conversar sobre as questões sociais. Cecília Nin (SEMA) explicou que essa atividade seria feita nas saídas de campo que estavam previstas para acontecer a meses atrás, e não foram feitas por conta do atraso dos repasses pela SEMA, sendo esse o argumento da socioeconomia para a má qualidade dos produtos.

Ficou acordado que na última semana de novembro, ou na primeira semana de dezembro será chamada uma reunião extraordinária que contará com a presença da Promotora de Justiça, Roberta Teixeira e representantes das consultorias do planejamento e socioeconomia.

Tiago Pereira (FIERGS) se colocou a disposição para disponibilizar e tirar dúvidas a respeito de tudo o que foi produzido pelas consultorias e os pareceres da Câmara Temática e equipe de acompanhamento.

Sobre a pulverização aérea de agrotóxicos, foi relatado o conteúdo da reunião de onde foi construído o acordo para pulverização na safra de 2019/2020. Letícia Rolim (SEMA) informou que o acordo foi pautado no cumprimento da legislação vigente e apresentação de informações que comprovam isso, que a pesar de em algumas licenças ter sido solicitada a informação de datas de aplicações de agrotóxicos, isso nunca foi cumprido pelos produtores. Nesse acordo, que o SINDAG tomou a frente e fez a primeira proposta, ficou estabelecido que os produtores teriam que respeitar a



340 legislação vigente (IN MAPA 02/2008) e informar antes da aplicação a data da
341 pulverização e depois enviar o arquivo vetorial com o trajeto e áreas de aplicação. Foi
342 apresentado um mapa de exclusão de pulverização que foi muito questionado pelos
343 produtores, pois a hidrografia oficial do Estado restringia muito as aplicações. Os
344 produtores alegaram que muitos dos corpos hídricos que aparecem na hidrografia não
345 existem de fato. Outro item do acordo foi a participação dos pilotos em uma capacitação
346 onde foram abordadas as áreas sensíveis da APA e as tecnologias mais indicadas para
347 evitar deriva e aumentar a eficiência. Na capacitação, que já ocorreu, ficou acordado
348 que quando houver divergências entre a realidade e o mapa hidrográfico, a empresa se
349 reportará a APA do Banhado Grande para análise da área e, caso se confirme a
350 divergência seria emitido um parecer autorizando a pulverização e só após isso a
351 mesma poderá ser executada.

352 Tânia Peixoto (APNVG) disse que os sindicatos deveriam fazer um trabalho de
353 conscientização entre os produtores para que estes evitem produtos de alta toxicidade,
354 lembrou do evento ocorrido em 2014/2015, onde uma aplicação aérea de herbicida
355 matou uma extensa faixa de mata ciliar do rio Gravataí. Cecília Nin (SEMA) informou
356 que está proibida a aplicação dos herbicidas por aviação agrícola no interior da APA.
357 Letícia Rolim (SEMA) reforçou que sem diretrizes claras definidas no plano de manejo
358 não há como exigir mais do que a Lei determina, por isso o acordo foi pautado apenas
359 na comprovação por parte dos agricultores de que a legislação está sendo cumprida a
360 risca, e demonstrou anseio por diretrizes que estabeleçam regras para uso de
361 agrotóxicos no interior da APA estruturadas no Plano de Manejo.

362 Letícia Rolim (SEMA) perguntou se alguém tem alguma pauta para apresentar nos
363 assuntos gerais, ninguém se manifestou.

364 Não havendo nada mais a ser acrescentado, a Presidente do Conselho Deliberativo da
365 Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, Letícia Rolim Vianna, encerrou a
366 reunião agradecendo a presença de todos, e eu, Letícia Rolim Vianna, lavrei a presente
367 ata.